



O ACAMPAMENTO JOVÉM 2018

O sucesso atingido na realização dos anteriores "ACAMPAMENTOS JOVENS", onde preparámos e criámos resiliência em jovens familiares dos Sócios da ANAFS e de alguns dos seus Parceiros, divulgando procedimentos de vida em situação de pós-emergência, continua a determinar a repetição dessa actividade, que voltou a ser incluída no Planeamento Operacional Anual da ANAFS.

Assim, mantendo os pressupostos anteriores e reconhecendo-se a necessidade de se continuar a rotinar a utilização dos meios operacionais existentes na ANAFS, levando ao conjunto da sociedade civil as capacidades da Associação e dos seus Parceiros, a Assembleia Geral não só aprovou, em Março de 2012 a proposta do Presidente da Direcção, como determinou que a realização desta acção, passasse a fazer parte do calendário habitual da Associação, reunindo todas as estruturas de coordenação, de logística, de manutenção, bem como dos elementos das Unidades Operacionais da ANAFS necessárias à montagem e gestão das estruturas (tendas e material de apoio), previstas para uma BoO, como, aproveitando as condições de cenário para a realização de formações e de actividades lúdicas.

Com a existência do **Eco Parque do Montinho da Ribeira** disponibilizado pela **Câmara Municipal de Grândola** e com o apoio, sempre imprescindível da **Junta de Freguesia de Grândola e Santa Margarida da Serra**, que mais uma vez soube, em momento oportuno, colmatar carências verificadas durante a realização do evento, realizámos esta edição, suportando toda a higiene e saneamento básico, através da montagem de retretes químicas, urinóis, duches, lavatório e lava-loiças de campanha, que eram abastecidos por uma auto-cisterna da **Câmara Municipal de Grândola**, que igualmente montou uma baixada eléctrica, que fornecia energia à rede interna estabelecida para o Acampamento. Como habitualmente a ULA voltou a montar a sua estrutura para confecção e distribuição de alimentação aos participantes e visitantes.

As actividades para jovens participantes, que habitaram e conviveram no espaço da BoO, permitiu introduzir duas "bancas" de formação em SBV, uma para bebés e outra para juniores, a LCI-Extintores, com a colaboração dos elementos destacados do **GIPS-GNR na UEPS-CMA Grândola**, onde a excelência dos elementos que acompanharam o **Capitão Pereira Carneiro** se mostrou imprescindível ao bom funcionamento e alcance dos objectivos pretendidos, a realização de uma sessão de "orientação", importante para a deslocação durante a Caminhada à **Senhora da Penha**, onde durante o trajecto, em quatro "estações" especificamente criadas, foram questionadas as equipas sobre factos históricos nacionais, que tinham sido apresentados em anteriores edições e que determinaram premiar a equipa melhor preparada nos conhecimentos acertados, para além de se fazer uma visita planeada e guiada ao **"Museu Mineiro – Centro de Ciência Viva do Lousal"** e, de forma mais lúdica, recebendo no recinto do Acampamento um grupo amador, que a todos encantou com cantares típicos alentejanos.

Terminaram as actividades com a habitual "slow food", onde os participantes confeccionaram debaixo da orientação do Chefe da Equipa BRAVO da ANAFS DRC TEAM **José Mognat** uma espectacular "feijoada alentejana".

De referir ainda, que a deslocação para Grândola e o regresso à Estação do Oriente se fez via ferroviária, através do Inter-cidades Braça-Faro.



Exposição “Um médico na Grande Guerra. Fernando da Silva Correia”

A Associação Património Histórico – Grupo de Estudos, das Caldas da Rainha, está a organizar a exposição “Um médico na Grande Guerra. Fernando da Silva Correia”, cuja inauguração está prevista para 22 de setembro. Esta exposição procura, em simultâneo, assinalar o centenário da I Guerra Mundial (1914-1918) e dar a conhecer o acervo fotográfico do Doutor Fernando da Silva Correia (1893-1966), diretor do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge entre 1946 e 1961, produzido no último ano deste conflito, em França.

Marcado para o dia da inauguração da exposição, encontra-se em preparação um colóquio, que contará com a participação dos principais investigadores associados ao projeto, mas que está também aberto a outros autores. Os interessados em participar deverão apresentar as suas propostas de comunicação (máximo de 500 palavras), juntamente com pequena nota biográfica do(s) autor(es) (até 150 palavras), até dia 30 de junho, através do email caldas.ph@gmail.com.

A organização pretende comunicar a aceitação das propostas até 15 de julho e o programa do colóquio, que terá lugar no Museu José Malhoa, nas Caldas da Rainha, será divulgado até 10 de agosto. Para mais informações, consultar o [site](#) da associação Património Histórico ou a [página](#) de Facebook do evento.

Fernando da Silva Correia estabeleceu prática clínica nas Caldas da Rainha em 1919 e em 1921, assumindo os cargos de médico municipal e delegado de saúde. Em 1934, foi nomeado inspetor da 3.ª Área da Saúde Escolar para os distritos de Castelo Branco, Guarda, Setúbal, Portalegre, Évora, Beja e Faro, e iniciou a sua carreira docente como professor de Administração Sanitária, Estatística Sanitária, Higiene Social e Assistência Social e Demográfica no Instituto Central de Higiene Dr. Ricardo Jorge (novo nome atribuído em 1929 em homenagem ao seu fundador), do qual foi diretor de 1946 a 1961.



A sua vasta obra científica, com mais de uma centena de títulos e livros e artigos publicados em revistas como a Clínica, Higiene e Hidrologia (publicada entre 1935 e 1957, dirigida por Armando Narciso e especializada em higiene e termalismo), entre outras, incidiu sobre os temas da higiene e da saúde pública, abrangendo com especial preocupação as questões ligadas à infância, à higiene escolar e à necessidade da educação física e do desporto, ao mesmo tempo que denunciou os exageros dos desportos mais violentos. Os conceitos de medicina social, serviço social e assistência também foram amplamente debatidos na sua obra que teve uma clara intenção pedagógica.

In **NEWSLETTER**  Instituto Nacional de Saúde
Doutor Ricardo Jorge

29JUN18

ASSISTÊNCIA AO ZOO LISBOA

Como vem sucedendo desde há 10 anos, a ANAFS voltou a ser convidada para guarnecer o Posto de Socorros do Jardim Zoológico de Lisboa e prestar assistência a visitantes e trabalhadores daquele importante e emblemático espaço lúdico e cultural da Capital. Assim, em Domingos e Segundas-feiras dos meses de Julho e Agosto, dois elementos das Unidades Operacionais da ANAFS com formação técnica qualificada em socorrismo, comparecem entre as 10:00 e as 20:00 Horas para, em caso eventual necessidade, acorrerem a qualquer emergência, cumprindo sempre as normas em vigor para o SIEM e as orientações em vigor em norma própria criada para o efeito (NEP 01/ASS/2018).



FORMAÇÃO

33º CURSO ELEMENTAR DE OPERAÇÕES DE SOCORRO NOVAS DATAS

14, 15 e 16 de Setembro de 2018 – **Sede Nacional da ANAFS - LISBOA**

III CURSO COMPLEMENTAR DE GESTÃO DE CAMPOS DE DESLOCADOS

20, 21, 22 e 23 de Setembro de 2018 – **BoOGra – Água Derramada – GRÂNDOLA**

I CURSO AVANÇADO DE OPERAÇÕES DE SOCORRO

Complemento da PÓS-GRADUAÇÃO/ESPECIALIZAÇÃO EM OPERAÇÕES DE SOCORRO – **ISLA Leiria**
Ano lectivo 2018/2019

Abertura de Inscrições provisórias

Informações:

anafsformacao@gmail.com

Tel. 917177676 – 216032115

www.anafs.org



OS INCÊNDIOS FLORESTAIS NA GRÉCIA

Frente à catástrofe que assolou a **Grécia** e em especial as zonas de veraneio circundantes a Atenas, no verdadeiro “*remake*” do que tínhamos vivido e sofrido em Junho e Outubro do ano passado, a pedido de associações de protecção de animais e de uma organização de médicos veterinários da Grécia, a **ANAFS** preparou a projecção de uma “*task force*” composta por 3 (três) membros da ANAFS USAR TEAM e 80 Kg. de equipamento e material de **Medicina Veterinária**.

Esta missão pretendia intervir numa área semelhante à que, nos pós-incêndios florestais do ano passado, tinha actuado junto dos animais atingidos pelo fogo, com assinalável e reconhecido sucesso. Esta experiente equipa de Veterinários seria comandada e controlada pelo Coordenador Adjunto VET&K9 da USAR TEAM **Nuno Paixão** e iniciou o seu planeamento a 261800JUL18, prevendo a partida do Aeroporto de Lisboa no TP7410 às 270035JUL18, com chegada prevista ao Aeroporto de Atenas às 270630JUL18.

A operação recebeu desde logo o apoio de alguns doadores benévolos, entre eles **HOSPVECentral**, o reconhecimento da **ANPC** e o transporte dos 80 Kg de carga operacional gratuitamente pela **TAP**.

Lamentável e talvez estranhamente, a **Embaixada da Grécia** em Lisboa, apesar de diversas vezes instada a pronunciar-se, mostrou-se sempre desinteressada e pouco reconhecida para este esforço de uma **ONG** Portuguesa.

Indubitavelmente que nos sentimos frustrados nas nossas intenções, mas respeitamos, como lógico, a vontade das autoridades gregas.

Os meios de assistência internacional em caso de desastre são provenientes, de protocolos bilaterais com países amigos, das Agências das Nações Unidas, principalmente dos liderados pela **OCHA**, da **OTAN**, especialmente em relação aos Estados Membros e da **União Europeia**. No entanto, eles só poderão actuar no país a assistir, se ele assim o entender, já que um país, mesmo que debilitado pelas consequências de um grave desastre, não perde a sua soberania.

Ora, convém esclarecer, principalmente para quem julga saber, que os meios operacionais da **ANAFS** não fazem parte do *European Emergency Response Capacity* do **Mecanismo Europeu de Protecção Civil**, composto essencialmente por meios disponibilizados pelos Estados Membros e geridos, quando dos apelos de emergência, pelo *Emergency Responce Coordination Centre (ex-MIC)*. Assim, a **ANAFS** respondia a um apelo da sociedade civil grega, não se encontrando obrigada a cumprir qualquer procedimento internacional, já que a projecção não iria representar custos para o Governo Grego ou qualquer estância internacional. No entanto, porque gostamos de seguir as regras e porque temos sempre insistido de uma forma pedagógica, no seu cumprimento pelos outros membros da **RIAL**, não deixámos de solicitar o conforto do reconhecimento da nossa projecção por parte da **ANPC** e no respeito pela soberania da Grécia, a aceitação da nossa doação.

Recusamos liminarmente o “turismo humanitário”, mas estamos sempre disponíveis para responder a quem solicita os nossos préstimos voluntários e benévolos, sem nunca nos colocarmos em “bicos de pé”.

Manuel Velloso

Presidente Nacional da ANAFS

Director de Serviços de Planeamento e Operações de Protecção Civil (Aposentado)

SINTOMAS DA HIPERTENSÃO ARTERIAL

Um dos grandes problemas da hipertensão arterial é o facto desta ser assintomática até fases muito avançadas da doença. Não existe um sintoma típico que possa servir de alarme para estimular a procura por um médico.

Achar que é possível adivinhar se a pressão arterial está alta ou normal baseado na presença ou na ausência de sintomas, como dor de cabeça, cansaço, dor no pescoço, dor nos olhos, sensação de peso nas pernas ou palpitações, etc., é um erro muito comum. Um indivíduo que não costuma avaliar a sua pressão arterial simplesmente porque não tem nenhum sintoma, pode muito bem ser hipertenso e não saber. Por outro lado, se o paciente é reconhecidamente hipertenso, mas também não avalia a pressão arterial periodicamente, pode ter a falsa impressão de a ter controlada. Não existe nenhuma maneira de avaliar a pressão arterial sem que se faça a aferição da mesma através de um aparelho específico, chamado esfigmomanómetro, conhecido popularmente como “aparelho de tensão”.

O facto de algumas pessoas terem dor de cabeça ou mal-estar quando apresentam pressões arteriais muito elevadas, não significa que estes sintomas sirvam de parâmetro. Estas mesmas pessoas podem ter picos de hipertensão assintomáticos e não se darem conta disso. É bom salientar que a dor aumenta a pressão arterial, sendo difícil saber nestes casos se a pressão subiu pela dor de cabeça ou a dor de cabeça surgiu pela pressão alta.

Com que frequência devemos avaliar a pressão arterial?

Todo o adulto deve pelo menos uma vez a cada um ou dois anos avaliar a sua pressão arterial. Se for obeso, fumador, diabético ou se tiver história familiar de hipertensão arterial, a pressão deve ser medida com uma periodicidade maior, cerca de duas vezes por ano.

Já for reconhecidamente hipertenso deve avaliar a pressão arterial pelo menos uma vez por semana para saber se a hipertensão está controlada. Hoje em dia, já existem aparelhos de avaliar a pressão arterial de forma automática, que podem ser adquiridos para aferição em casa.

DIAGNÓSTICO DA HIPERTENSÃO ARTERIAL

Um erro comum no diagnóstico da hipertensão é achar que um indivíduo pode ser rotulado como hipertenso baseado apenas em uma aferição isolada da pressão arterial. Um adulto hipertenso pode ter momentos do dia em que a pressão esteja dentro ou próximo da faixa de normalidade, assim como uma pessoa sem hipertensão pode apresentar aumentos pontuais de pressão arterial, devido a factores como *stress* e o esforço físico. Portanto, não se faz diagnóstico, nem se descarta hipertensão, baseado em apenas numa única avaliação.

Vários factores podem alterar a pressão arterial pontualmente, entre eles, *stress*, esforço físico, consumo de bebidas alcoólicas, cigarro, etc. A maioria das pessoas só procura avaliar a sua pressão após eventos de *stress* emocional ou dor de cabeça, situações que por si só podem aumentar os níveis tensioniais.

Para se obter um diagnóstico de hipertensão arterial são necessárias de três a seis aferições com resultados elevados, realizadas em dias diferentes, com um intervalo maior que um mês entre a primeira e a última aferição. Deste modo, minimizam-se os factores adjuvantes externos. O paciente considerado hipertenso é aquele que apresenta a sua pressão arterial elevada frequentemente e durante vários períodos do dia.

Crítérios para hipertensão arterial

A definição mais aceita hoje em dia sobre hipertensão é a seguinte:

Normotensos: pressões menores ou igual a 120/80 mmHg.

Pré-hipertensos: Pressões entre 121/81 – 139/89 mmHg.

Hipertensos grau I : Pressões entre 140/90 – 159/99 mmHg.

Hipertensos grau II: Pressões maiores ou iguais a 160/100 mmHg.

EDITORIAL

Entre 2014 e 2016, os Estados-membros da União Europeia (UE) receberam o maior número de pedidos de asilo da história recente. Só em 2015, ano que em foi atingido o pico do fluxo migratório com destino ao continente europeu, o Eurostat estima que 4,7 milhões de imigrantes tenham chegado à UE, 1,3 milhões dos quais requereu o estatuto de refugiado. Pese embora a existência do Sistema Europeu Comum de Asilo (SEAC), um mecanismo criado em 1999 pela Comissão Europeia e que visa a homogeneização e centralização dos procedimentos de asilo baseado no Regulamento de Dublin (2003), ficou clara a incapacidade europeia em gerir um fluxo de tamanhas dimensões. Acresce que à ineficácia do SEAC, resultante do princípio de que o Estado-membro responsável pela entrada do requerente é-o igualmente pela análise do pedido de asilo, juntou-se uma crise de solidariedade no seio da UE, relativa à recolocação geográfica dos refugiados entre os diversos Estados-membros. Num contexto social e político marcado pela “ressaca” da crise económico-financeira, a designada “crise migratória” veio agravar fraturas e cisões no seio da União, dando espaço a um aumento dos movimentos nacionalistas e populistas, colocando em causa a imagem e a credibilidade externa da UE, para além de provocar um drama humanitário dentro e nas fronteiras da Europa. As consequências desta crise ainda estão longe de ser avaliadas em toda a sua extensão. Importa, por isso, refletir sobre a (in)capacidade da UE em responder a este desafio que tem, desde logo, uma dimensão humanitária. A imagem de vulnerabilidade transmitida pela União aos seus cidadãos, mas igualmente aos Estados terceiros, perante uma situação que exigia uma resposta coesa e eficiente, afetou significativamente a credibilidade do projeto europeu. Essa resposta deveria situar-se, por um lado, ao nível das instituições europeias mas, igualmente, ao nível dos Estados-membros, no seu conjunto e não apenas dos que mais diretamente foram afetados pelos fluxos populacionais. Trata-se de solidariedade. Solidariedade entre Estados, mas também solidariedade humana. E a solidariedade não pode deixar de ser um valor fundamental ao projeto de integração europeia que a UE corporiza. Mas para além da resposta institucional e humanitária a esta crise, importa igualmente refletir sobre as suas causas; sobre o que está na origem deste fluxo maciço de pessoas, muitas delas oriundas de áreas afetadas por conflitos prolongados e grande violência. Sem atendermos às causas, não será possível pensar em estratégias e respostas sustentáveis. Este número da revista Nação e Defesa é dedicado ao tema “Europa e os refugiados”, entendido como fundamental para a compreensão do momento atual e futuro da União Europeia.

Alice Cunha e Ivete Santos introduzem a temática, contextualizando-a historicamente, enquadrando os diversos contributos que fazem parte desta revista. Ansgar Schaefer analisa as medidas tomadas pela diplomacia e polícia política portuguesa para impedir a entrada de refugiados provenientes da Alemanha e dos países ocupados pelas forças nazis. A partir do caso das duas irmãs, Flora e Bela Rothschild, o artigo confronta-nos com o verdadeiro significado dessas restrições, mostrando os efeitos de uma política puramente legalista sobre a vida do ser humano. Já Luiza Iordache Cârstea foca-se nas políticas e nas ações humanitárias da Comissão de Assistência Conjunta da Cruz Vermelha Internacional, um instrumento dessa instituição e da Liga das Sociedades da Cruz Vermelha para ajudar as populações civis, em particular mulheres e crianças, em diferentes países europeus durante a Segunda Guerra Mundial. Finalmente, Sofia Rodriguez Serrador, com base nas cartas enviadas por refugiados espanhóis a diferentes comités de ajuda (muitas delas destinadas a Matilde Huici), encontradas nos Arquivos Nacionais de França, ajuda-nos a compreender as privações sentidas nos campos de refugiados. No que diz respeito ao contexto que determina uma das origens dos fluxos recentes de refugiados com destino ao continente europeu, Andrzej Podraza analisa a guerra na Síria em termos geopolíticos e como catástrofe humanitária. O seu significado transcende a mera dimensão regional, tendo causado o maior desastre humanitário desde a Segunda Guerra Mundial. Esta “crise dos refugiados” conduziu não só a um acréscimo da instabilidade no Médio Oriente, como afetou a Europa como destino de eleição. Numa abordagem jurídico-política, Lucia Della Torre aborda a implementação da Diretiva Europeia 2002/90/CE e da Decisão-Quadro do Conselho 2002/946/JHA – conhecidas como Facilitators’ Package – relativas à definição e ao reforço do quadro penal para a prevenção do auxílio à entrada, ao trânsito e à residência irregulares de migrantes, como exemplo para analisar o âmbito e a natureza do emprego do poder discricionário dos Estados. Este artigo visa compreender como a margem de manobra conferida pelo Facilitators’ Package pode funcionar como um dos principais elementos da resistência dos Estados à receção e integração dos refugiados, ao mesmo tempo que discute se a redução dos limites à apreciação nacional pode atuar como um primeiro passo para responder à crise de uma forma mais eficiente, embora humana. Considerando uma dimensão igualmente fundamental, Asya Pisarevskaya analisa detalhadamente a integração económica dos refugiados em oito países europeus, em 2008, através de indicadores como o emprego, a qualidade do trabalho e a sobrequalificação. A concluir, Periklis Kortsaris, tendo como base o conflito na Síria que causou uma das maiores vagas de deslocamento de refugiados no mundo – com cerca de seis milhões à escala global, dos quais 5,4 milhões em países vizinhos da Síria – analisa técnica e juridicamente a sua reinstalação em países terceiros, como uma solução destinada aos mais vulneráveis entre eles. Nação e Defesa Na secção extra dossiê, Jorge Silva Paulo debruça-se sobre a questão da participação das Forças Armadas em matérias de segurança interna, revisitando o modelo do Estado de Direito Democrático, no qual se fundam as fronteiras entre segurança interna e externa. O autor procura conciliar as normas constitucionais e legais em vigor, para demonstrar que tais fronteiras são atuais. Por fim, António Horta Fernandes afere criticamente, e sob a ótica da denominada “Escola Estratégica Portuguesa”, o texto de Bruno Cardoso Reis sobre a guerra insurrecional – publicado recentemente pelo Instituto da Defesa Nacional –, argumentando que o contributo da referida escola foi subalternizado na análise.

Vítor Rodrigues Viana

In idn nação e defesa nº 149

NOTA DE RODAPÉ

Em Dezembro de 2000, grande parte dos Estados Membros das Nações Unidas, subscreveram em Palermo (Itália) a **CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA O CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL**, demonstrando a comunidade internacional uma vontade política em abordar um problema mundial, com uma reacção global.

“Se o crime atravessa as fronteiras, o mesmo terá que se fazer à acção da lei. Se o império da lei se vê aquartelado num só país, se em muitos países, quem o defende não se pode limitar a empregar unicamente meios e julgamentos nacionais. Se os inimigos do progresso e dos direitos humanos procuram servir-se da abertura e das possibilidades com que nos brinda a mundialização para atingirem os seus fins, nós devemos servir-nos desses mesmos factores para defender os direitos humanos e vencer a delinquência, a corrupção e cuidar das pessoas. Um dos contratos mais marcantes que existem no mundo actual é o abismo entre o civil e o (in)civil. Quando digo civil quero dizer a civilização: os séculos acumulados de conhecimento que suportam as bases do progresso. Também quer dizer a tolerância: o pluralismo e o respeito com o que aceitamos os diversos povos e partilhamos com eles as nossas forças. E por último, quero dizer a sociedade civil: os grupos de cidadãos, empresas, sindicatos, professores, jornalistas, partidos políticos e demais grupos que desempenham uma função essencial no funcionamento de toda a sociedade. Pelo contrário, alinhadas contra essas forças construtivas, cada vez em maior número e com armas mais potentes, encontram-se as forças que chamaremos da “sociedade (in)civil”. Trata-se de terroristas, criminosos, traficantes de droga e de pessoas e outras e outros grupos que destroem as obras boas da sociedade civil. Tiram vantagens das fronteiras abertas, dos mercados livres e progressos tecnológicos que tantos benefícios trazem à humanidade. Estes grupos prosperam em países com instituições débeis e não têm escrúpulos em recorrerem à intimidação e à violência. A sua crueldade é a verdadeira antítese do que é civil. São poderosos e representam interesses arreigados e o peso de uma empresa mundial de milhares de milhões de dólares; mas não são invencíveis”

Esta é uma passagem do discurso de Kofi Annan, Secretário-geral das Nações Unidas, aquando da assinatura da Convenção! E ela é cumprida? E de forma empenhada? Não será esta uma das razões da “Crise dos Refugiados”?